inserindo-se em cada «momento» do processo produtivo. Ora, este novo factor de produção encontra-se desigualmente distribuído na sociedade e, por isso mesmo, aqueles que são em maior medida os seus portadores (actuais ou potenciais) constituem uma «classe emergente». Uma nova luta de classe, cujo móbil estrutural é o seu controle, tende a desenvolver-se; luta de violência não inferior à que na Idade Média se travou pelo controle das terras ou à que sob um capitalismo menos desenvolvido teve por objecto o controle do trabalho ou das fontes de matérias-primas. Deste modo, a socialização do conhecimento — da qual o aumento da escolarização e a crescente procura social de instrução são meras expressões — põe em causa toda a base do poder, quer nas sociedades capitalístico-pluralistas, quer nas capitalístico-estatais. Mas, porque os portadores do novo factor de produção, na medida em que este já está ou tende a estar socializado, são principalmente os jovens, «o conflito apresenta-se *em termos de gerações*» (p. 200). Daqui se tem extraído frequentemente «a errada conclusão» de que são as camadas etárias jovens, e não aquele factor estrutural (o conhecimento socializado), que provocam a revolta que é prenúncio de uma longa luta de classes, por ora sòmente em esboço.

«Estamos a entrar — adverte ainda o Autor — numa fase histórica na qual aos movimentos colectivos revolucionários se contraporão movimentos colectivos reaccionários, uns e outros actuando sob a hegemonia de *élites* (políticas) de que dependerá, em última análse, o resultado do confronto. Encarando as coisas nesta prospectiva, a previsão que acaso possamos fazer, tendo em vista os anos 2000, não é ridente — fortíssima repressão, a princípio institucional e depois recorrendo a movimentos colectivos reaccionários: revoltas, campos de concentração, arregimentamento doutrinal» (p. 199). ALBERONI não hesita em sobrecarregar mais ainda de violência potencial os conflitos que antevê: «Os factores em jogo são três: o aumento das potencialidades vitais, o aumento numérico dos homens, a socialização do conhecimento como factor produtivo; daqui deriva uma luta pelo controle do novo factor produtivo, numa situação de 'excesso' de força-de-trabalho, de 'excesso' de homens e de vitalidade. Sobre esta contradição, perfila-se temerosamente o espectro da *destruição desse excesso*, em termos de guerra e/ou de organização de castas.» De facto, num contexto em que a abundância de vidas e de vitalidade e o progresso técnico tendem a reduzir (como em tempos recuados já sucedeu, mas devido então à escassez dos outros factores produtivos) o valor económico da vida humana, é de recear que os poderosos em luta não recuem perante tal «espectro». O tempo, as forças humanas, as vidas que já não são necessárias à produção poderão ser maciçamente jogadas na destruição.

Não cabe nos limites de uma simples recensão bibliográfica a crítica das teses — perante as quais o Autor não se coloca numa atitude alarmista-passiva — que acabamos de sucintamente resumir. Mas o menos que pode dizer-se, a respeito desta vigorosa obra de Francesco ALBERONI, é que merece ser lida com empenhada atenção. Depois dela, deve ficar bem claro, pelo menos, que a análise dos movimentos sociais juvenis não pode permanecer confinada nos estreitos limites de uma «sociologia da juventude» em que muitos a têm procurado circunscrever.

A. Sedas Nunes

BANKS, Olive — *The Sociology of Education, Foundations of Modern Society* — B. T. Batsford Ltd., London, 1969 (1.ª ed. 1968), 224 p.

Trata-se de uma obra que, tal como a A. diz, é fundamentalmente dirigida aos estudantes, e aos estudantes de Sociologia, que não tanto aos de Ciências da Educação: «...foram mais tidas em conta as necessidades do estudante de Sociologia que as do futuro professor».

É essencialmente uma obra didáctica e que pretende mais, como acima se indica, ser uma iniciação ao es-

tudo sociológico da educação, como instituição social, que um esclarecimento, à luz de factores sociais, dos problemas pedagógicos postos na prática do ensino.

Esta diferença é razoàvelmente referida na Introdução do livro, fazendo-se aí um esboço de história da formação do campo sociológico que tem como foco a educação.

Ainda na introdução a A. refere, a propósito da dependência, em que se encontra o progresso de um campo regional na Sociologia, dos progressos havidos na teoria geral sociológica, qual o esquema teórico por ela utilizado na análise dos vários problemas por ela efectuada: Olive BANKS escolheu o estruturo-funcionalismo como «grelha de análise», e de certo modo a organização do seu trabalho, pelos próprios títulos dos capítulos, o poderia manifestar. (Vd. adiante o sumário da obra).

Diz a A.: «Um dos mais fortes apoios que a perspectiva estruturo-funcional traz à educação é a que resulta de ela colocar as instituições educativas em estreita ligação com a estrutura funcional mais vasta. Em qualquer comentário sobre as funções quer socializadora quer colectiva da educação, tem de se ter em conta o contexto no qual as instituições educativas actuam e as influências que sofrem. Entre estas, a economia é òbviamente de capital importância, determinando, como o faz, a complexidade das competências exigidas pelo nível do desenvolvimento tecnológico».

Continuando a explicar os elementos da «estrutura social mais vasta» com relevância para o estudo da educação, O. BANKS refere ainda a importância da sua relação com os aspectos demográficos e com o sistema de estratificação. Além disso, considerando as funções integrativa e de controle da educação e o seu papel na transmissão de valores, não se poderia ignorar a sua «estreita ligação ao sistema de valores da sociedade, às instituições religiosas e ao próprio Estado enquanto instrumento de controle».

A partir de um breve comentário crítico em que aponta os limites do esquema teórico estruturo-funcionalista, a A. insiste no interesse que a teoria das organizações já tem e deverá continuar a ter para o desenvolvimento da sociologia da educação, aplicando-a nomeadamente *à escola*, considerada na perspectiva de uma dinâmica organizacional.

Ainda na mesma linha crítica, a A. justifica a existência do último capítulo do livro, «Educação e transformação social», como tentativa de alargamento do esquema teórico já referido, o estruturo-funcionalista, certamente contra algumas das suas limitações mas também, de certo modo, não inteiramente em conflito com ele.

Em última análise o que a A. pretende pôr em evidência é que, se, à primeira vista, uma teoria do sistema social, que implìcitamente o concebe como um sistema em equilíbrio de integração, não permite explicar ou, pelo menos, parece não considerar a mudança social, essa teoria não será definitivamente incapaz de ter em conta a mudança, nos seus quadros.

Não é aqui o lugar para fazer uma crítica pormenorizada à forma como a A., pelas suas análises, confirma ou infirma a justeza das críticas que geralmente são feitas ao esquema teórico que ela adoptou. Em muito breves palavras apenas se poderá dizer que, apesar da vasta informação que fornece, em referências de dezenas de estudos feitos sobre os diversos pontos que aborda, em descrição dos principais problemas educacionais e das soluções que polìticamente lhes têm sido dadas em alguns países europeus (sobretudo Grã-Bretanha) e nos Estados Unidos, é pena que ao chegar ao final da leitura da sua obra, se experimente o sentimento de não se ter alcançado um conhecimento pròpriamente sociológico teòricamente mais integrado e portanto mais vastamente explicativo das questões abordadas. Assim, a promessa que é feita na introdução de «colocar as instituições educativas numa estreita ligação com a estrutura social mais vasta» não nos aparece cumprida inteiramente ao longo dos capítulos do livro, que aparece cumprida inteiramente ao mais para a pulverização que para a integração de uma explicação estrutural.

Se mais alguma coisa há a observar é que, na preocupação de fornecer uma tão extensa bibliografia de estudos sobre educação (sociológicos, psico-sociológicos — sobretudo) ou então de relatórios de intervenção, não tenha havido «espaço» para citar um único estudo europeu continental sobre a matéria, quando à data, pelo menos em França e não apenas num centro de investigação, estes estudos têm tido um tão notável desenvolvimento.

Para maior informação, fornece-se a seguir o Sumário da obra: 1. Introduction; 2. Education and Economy; 3. Education and social mobility; 4. Family background, values and achievement; 5. The family, the socialization process, and achievement; 6. Who controls our schools?; 7. The teaching professions; 8. The school as a formal organization; 9. The school as a social system; 10. Education and social change, select bibliography; Index.

Maria Eduarda Cruzeiro

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo — *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* — Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970, 143 p.

O esforço principal feito neste livro vai no sentido de reconsiderar os problemas do «desenvolvimento económico» a partir de uma perspectiva de interpretação que insiste na natureza política dos processos de transformação económica. Simultâneamente, os autores procuram mostrar que a referência às «situações históricas» nas quais se dão as transformações económicas é essencial para a compreensão do significado dessas transformações, bem como para a análise dos seus limites estruturais e das condições que as tornam possíveis.

Formulando nestes termos a relação entre *processo económico, condições estruturais* e *situação histórica*, ficam evidentes as limitações da utilização dos esquemas teóricos relativos ao desenvolvimento económico e à formação da sociedade capitalista dos países hoje desenvolvidos para a compreensão da situação dos países latino-americanos. Não só o momento histórico é distinto, como as condições estruturais do desenvolvimento e da sociedade se tornaram històricamnte diversas. O reconhecimento dessas diferenças levou os autores à crítica dos conceitos de subdesenvolvimento e periferia económica, e à valorização do conceito de dependência, como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos económicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes por outras, num contexto de dependência nacional. Consequentemente sobressai a especificidade da «instauração» do modo de produção capitalista em formações sociais cujo traço histórico mais peculiar é a dependência.

Por outro lado, através da crítica do conceito de dependência os autores procuram retomar a tradição no pensamento político: «*não existe uma relação metafísica de dependência entre uma Nação e outra, um Estado e outro*». Essas relações tornam-se possíveis concretamente por intermédio de uma rede de interesses e de coacções que ligam uns grupos sociais aos outros, umas classes às outras. Sendo assim, é preciso determinar interpretativamente a forma que essas relações assumem em cada situação básica de dependência, mostrando como Estado, Classe e Produção se relacionam. Analìticamente será preciso provar, posteriormente, o fundamento concreto das interpretações feitas sobre o modo de relacionação sugerido para cada uma das situações fundamentais que são esquematizadas na obra.

A caracterização das situações referidas acima é tentada, também. Através dela mostra-se que, na América Latina, é possível determinar duas situações básicas de relacionação das classes entre si, com o Estado e com o sistema produtivo, em função do modo de relacão deste com o mercado internacional e da forma de controle da producão. Num caso é ressaltada a especificidade das «economias de enclave», noutro o do